

ANTONIO DAVID CATTANI  
JEAN-LOUIS LAVILLE  
LUIZ INÁCIO GAIGER  
PEDRO HESPANHA

*Dicionário Internacional  
da Outra Economia*



# DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA

## AUTORES

ANTONIO DAVID CATTANI  
JEAN-LOUIS LAVILLE  
LUIZ INÁCIO GAIGER  
PEDRO HESPANHA

## EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar  
3000-174 Coimbra  
Tel.: 239 851 904 – Fax: 239 851 901  
www.almedina.net  
editora@almedina.net

## ALMEDINA BRASIL, LTDA

Alameda Lorena, 670  
Jardim Paulista  
01424-000 São Paulo  
Tel/Fax: +55 11 3885 6624 / 3562 6624  
Mob: +55 11 8457 2654  
brasil@almedina.com.br

## PRÉ-IMPRESSÃO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.  
producao@graficadecoimbra.pt

## IMPRESSÃO

??????????

Janeiro, 2009

## DEPÓSITO LEGAL

??????????

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es). Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

### ***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

Dicionário internacional da outra economia / Pedro  
Hespanha...[et al.]. – (CES)  
ISBN 978-972-40-3722-6

I – HESPANHA, Pedro, 1946-

CDU 330  
316  
304  
364

# ÍNDICE

- |    |  |     |  |
|----|--|-----|--|
| 7  | Construindo a Outra Economia<br><i>Antonio David Cattani</i>   | 55  | Cidadania<br><i>Paulo Henrique Martins</i>                       |
| 9  | Nota Acerca da Edição Portuguesa<br><i>Boaventura de Sousa Santos</i><br><i>Pedro Hespanha</i>                           | 60  | Comércio Justo<br><i>Alfonso Cotera</i><br><i>Humberto Ortiz</i> |
| 11 | Altermundialização<br><i>Patrick Viveret</i>   | 68  | Conselhos de Empresa<br><i>Hermes Augusto Costa</i>              |
| 16 | Antiutilitarismo<br><i>Alain Caillé</i>  | 74  | Consumo Solidário<br><i>Euclides André Mance</i>                 |
| 21 | Associativismo<br><i>Philippe Chanial</i><br><i>Jean-Louis Laville</i>   | 80  | Cooperação<br><i>Paulo de Jesus</i><br><i>Lia Tiriba</i>         |
| 26 | Autogestão<br><i>Daniel Mothé</i>  | 86  | Cooperação Internacional<br><i>Dipac Jaiantilal</i>              |
| 31 | Bancos Comunitários<br>de Desenvolvimento<br><i>Genauto Carvalho de França Filho</i><br><i>Jeová Torres Silva Junior</i> | 91  | Cooperativas de Trabalho<br><i>Jacob Carlos Lima</i>             |
| 37 | Bens Públicos Mundiais<br><i>Philip Golub</i><br><i>Jean-Paul Maréchal</i>   | 96  | Cooperativismo<br><i>Rui Namorado</i>                            |
| 43 | Cadeias Produtivas<br><i>Lee Pegler</i>  | 103 | Dádiva<br><i>Alain Caillé</i>                                    |
| 49 | Capital Social<br><i>Susana Hintze</i>   | 108 | Desenvolvimento Local<br><i>Rogério Roque Amaro</i>              |
|    |  | 114 | Economia da Família<br><i>Lina Coelho</i>                        |

- 120 Economia do Trabalho  
*José Luis Coraggio*
- 128 Economia Feminista  
*Lina Coelho*
- 134 Economia Moral  
*Noëlle M. P. Lechat*
- 139 Economia para a Vida  
*Franz J. Hinkelammert*  
*Henry Mora Jiménez*
- 145 Economia Plural  
*Jean-Louis Laville*
- 150 Economia Popular  
*Ana Mercedes Sarria Icaza*  
*Lia Tiriba*
- 156 Economia Social  
*Jacques Defourny*
- 162 Economia Solidária  
*Jean-Louis Laville*  
*Luiz Inácio Gaiger*
- 169 Eficiência  
*Luiz Inácio Gaiger*
- 175 Emancipação Social  
*Antonio David Cattani*
- 181 Empreendimento Econômico  
Solidário  
*Luiz Inácio Gaiger*
- 188 Empresa Social  
*Jacques Defourny*
- 193 Empresas Recuperadas  
*Gabriel Fajn*
- 198 Estado Social  
*François-Xavier Merrien*
- 203 Ética Econômica  
*Anne Salmon*  
*Antonio David Cattani*
- 208 Finanças Solidárias  
*Ruth Muñoz*
- 213 Governança Local  
*Sílvia Ferreira*
- 219 Identidade  
*Marília Veríssimo Veronese*  
*Egeu Gómez Esteves*
- 224 Incubação de Redes  
de Economia Solidária  
*Genauto Carvalho de França Filho*  
*Eduardo Vivian da Cunha*
- 231 Justiça Cognitiva  
*Maria Paula Meneses*
- 237 Macroeconomia e Economia Popular  
*Ricardo Diéguez*
- 243 Microcrédito  
*Jean-Michel Servet*
- 248 Microempreendedorismo  
*Pedro Hespanha*
- 255 Moeda Social  
*Claudia Lúcia Bisaggio Soares*
- 260 Movimento Social  
*Ana Mercedes Sarria Icaza*
- 264 Património Comum da Humanidade  
*José Manuel Pureza*

- 268 Políticas Públicas  
*Walmor Schiochet*
- 273 Previdência Social  
*Claudia Danani*
- 278 Redes de Colaboração  
Solidária  
*Euclides André Mance*
- 284 Redes Sociais  
*Breno Fontes*  
*Sílvia Portugal*
- 289 Responsabilidade Social Empresarial  
*Anne Salmon*  
*Antonio David Cattani*
- 293 Saberes do Trabalho Associado  
*Maria Clara Fischer*  
*Lia Tiriba*
- 299 Sociedade-Providência  
*Pedro Hespanha*  
*Sílvia Portugal*
- 305 Sociologia Econômica  
*Benoît Lévesque*
- 310 Solidariedade  
*Jean-Louis Laville*
- 315 Tecnologia Social  
*Renato Dagnino*
- 322 Terceiro Sector  
*Sílvia Ferreira*
- 328 Utopia  
*Antonio David Cattani*
- 335 Autores  
e Corpo Técnico

**ECONOMIA FEMINISTA**

Lina Coelho

1. “A Economia Feminista é um repensar da disciplina com o objectivo de melhorar a situação económica das mulheres” (STROBER, 1994, p. 143). Os autores feministas (quase só mulheres) partilham a perspectiva de que a ciência económica é uma construção social que omitiu tradicionalmente a realidade específica das mulheres e, nessa medida, abordou as questões económicas de forma truncada e parcial. O seu grande objectivo é então contribuir para transformar a disciplina no sentido de a capacitar para abordagens mais abrangentes e universais, explicitando o papel económico específico das mulheres e da família e as condicionantes a que elas estão sujeitas enquanto agentes económicos. Põe-se assim ênfase no valor do trabalho não remunerado no seio da família, ou nas normas e valores que determinam um contrato social particular entre os sexos em cada comunidade, conduzindo a formas desiguais de acesso aos recursos económicos e desembocando em soluções economicamente ineficientes por limitarem o contributo das mulheres para o crescimento e o aumento de bem-estar na medida ajustada às suas capacidades e competências.

A economia feminista tem vindo a ocupar-se, portanto, daquilo a que Sen (1987) chamou as questões “éticas” em economia, por contraponto às questões da “engenharia”. Nas palavras de Nelson (1993, p. 33): “Questões relativas à organização da produção, ao poder e à pobreza, ao desemprego e à dureza das condições de vida, aos cuidados de saúde e à educação – em suma, os problemas económicos

reais (...) – tornam-se a *raison d'être* da profissão económica, e não mais a elaboração duma particular teoria axiomática do comportamento humano.”

Neste esforço, a economia feminista está a (re)abrir questões mais amplas do que as habitualmente postas pelos economistas, questões essas que põem em causa os supostos adquiridos acerca de conceitos como os de trabalho, valor e bem-estar. As(os) autoras(es) feministas provêm das várias “escolas” em economia – neoclássica, institucional, marxista... –, mas nas duas últimas décadas o esforço principal tem sido dirigido a repensar os fundamentos e métodos da ciência económica.

Contudo, os métodos de trabalho neoclássicos também podem servir os objectivos feministas, como o demonstram os contributos dentro desta perspectiva, principalmente no domínio da economia do trabalho, ao esclarecerem e aprofundarem questões tão importantes como as relativas à oferta de trabalho das mulheres, à segregação ocupacional e à discriminação laboral e remuneratória com base no sexo e, em particular, ao hiato remuneratório entre homens e mulheres (BLAU et al., 2006; e JACOBSEN, 2007, abordam amplamente estes contributos).

2. O maior investimento intelectual da economia feminista tem vindo a fazer-se, no entanto, em torno da ideia de que as categorias conceptuais em que se baseou o paradigma dominante em Economia na segunda metade do séc. XX não permitem explicações satisfatórias para muitos fenómenos económicos. A ciência económica nasceu centrada no mercado, lugar de livre troca entre indivíduos motivados pelo seu interesse próprio. Adam Smith

viu o mercado como o lugar de actuação de uma “mão invisível” cuja acção compatibiliza interesses individuais divergentes, resultando na prossecução do interesse de todos. Esta ideia fundadora teve como implicação perversa limitar o objecto de estudo da economia ao conjunto dos bens destinados ao mercado e que, por essa via, têm um preço monetário. Um deles é o trabalho, cujo valor se expressa através de um salário. A Economia tende a ignorar, por isso, todas as produções que, sendo embora cruciais para a sobrevivência e o bem-estar das pessoas, não são valoradas através do mercado. Fica assim de fora do seu âmbito de estudo aquilo a que hoje chamamos o sector não formal (Smith apelidava-o de “trabalho improdutivo”), do qual faz parte, de modo muito substancial, o trabalho doméstico e, muito em particular, o trabalho reprodutivo. Esta omissão é lida pelas(os) autoras(es) feministas como uma das expressões do viés androcêntrico da ciência económica, uma vez que aquele é um trabalho esmagadoramente desempenhado pelas mulheres. A sua invisibilidade em Economia determina por isso, em grande medida, a desconsideração da importância económica das próprias mulheres.

Apesar da *New Home Economics* de Becker constituir um alvo de eleição das críticas feministas (GUSTAFSSON, 1991; FERBER, 2003), ela teve o mérito de trazer para a *mainstream economics* a importância da produção doméstica (BECKER, 1965). Quase meio século volvido, impressiona o facto de esta dimensão da realidade económica continuar a ser extensamente ignorada nos modelos referenciais ou nas discussões sobre alternativas de política, exceptuando as áreas da economia públi-

ca e do desenvolvimento. Pode pois concluir-se, com Apps (2004, p. 8), que: “A literatura sobre os modelos que incorporam explicitamente a produção doméstica tende a ser encarada como especializando e não generalizando a abordagem padrão nos modelos da família, ou seja, como pertencendo a uma subdisciplina vocacionada para a análise detalhada da família enquanto instituição económica específica.” A gravidade desta situação reside no facto de assim se ignorar a importância do trabalho em causa para a satisfação das necessidades materiais e emocionais das pessoas e, no limite, para a sobrevivência da própria espécie. Por isso, várias autoras feministas têm vindo a estudar métodos para incorporar o valor do trabalho doméstico não remunerado nas medidas de produção, distribuição do rendimento, carga horária de trabalho e produção de capital humano pela família (veja-se, a propósito, *Feminist Economics*, 1996, p. 3).

A afirmação da abordagem neoclássica da Economia conduziu à definição desta ciência pela metodologia de análise utilizada, assente no pressuposto do individualismo egoístico e racionalizado como padrão dominante dos comportamentos humanos, e no recurso a modelos matemáticos de maximização condicionada como instrumento analítico fundamental. O sujeito desta análise é então um indivíduo racional, dotado de plenas capacidades físicas e intelectuais, autónomo, autodeterminado, social e familiarmente descomprometido, que prossegue a máxima satisfação das suas necessidades. A este “agente económico representativo” são alheias algumas características inerentemente humanas, como o facto de sermos seres-em-relação e de, nessa

qualidade, dependermos de outros ou sermos responsáveis por outros. Nesse sentido, são liminarmente erradicados como sujeito da análise as crianças, os deficientes, os idosos, mas também as mulheres, na medida em que lhes é atribuída em quase todas as sociedades a responsabilidade pela provisão das necessidades dos membros dependentes da família.

Por outro lado, o agente económico é um indivíduo motivado pelo seu interesse próprio e dotado de livre-arbítrio e poder de decisão, constringido apenas pelo rendimento de que dispõe. Todas as outras condicionantes das decisões económicas – normas sociais, posição nas hierarquias sociais, sexo, percepção do interesse próprio – são tratadas como não económicas (exógenas). Na realidade, contudo, muitas pessoas dispõem de uma margem de manobra limitada para fazer opções apenas em função do seu interesse próprio (FOLBRE, 1994), enquanto que, em muitas sociedades, a própria percepção do interesse próprio é distorcida pelos valores e normas vigentes, como, por exemplo, quando estes condicionam as mulheres a identificar de tal modo o seu bem-estar individual com o da família que isso as impossibilita de equacionar de forma minimamente objectiva os seus próprios interesses (SEN, 1990).

Estas questões têm implicações decisivas na chamada *economia da família* (ver verbete) que, numa perspectiva feminista, deve atender à “medida em que os membros da família são tratados em função do género e não apenas como indivíduos; por outras palavras, o reconhecimento de que ser-se homem ou mulher importa para determinar o modo como as decisões são tomadas e os recursos são alocados”. Isto

implica, quer ao nível teórico quer empírico, ter em conta a heterogeneidade sistémica das preferências e as assimetrias de poder, as quais podem assumir formas diversas... (KATZ, 1997). A teoria económica ortodoxa é particularmente limitada na sua abordagem da família na medida em que: trata a família como uma entidade caracterizada por cooperação interna e altruísmo, em que as decisões económicas são unas ou (o que é o mesmo) tomadas por consenso e os cônjuges detêm idêntico controle sobre o rendimento; o objecto estudado é a família ocidental, nuclear, heterossexual – excluindo múltiplas formas de arranjo familiar como sejam as famílias monoparentais, alargadas, reconstituídas, homossexuais, etc.; considera implicitamente que na origem da família estão relações heterossexuais livremente consentidas, ocultando assim os efeitos coactivos de situações individuais muito desiguais para homens e mulheres em termos de acesso a rendimento, alternativas de vida, medo de violência física ou sexual. Embora os relacionamentos de natureza sexual na maioria dos países desenvolvidos não sejam actualmente determinados por este tipo de factores, não podemos afirmar o mesmo no que respeita à realidade vivida por milhões de mulheres que no nosso mundo continuam coagidas à exploração e abuso permanentes no âmbito de relações conjugais (ou não-conjugais) sustentadas por gritantes desigualdades de escolha e controle fundadas na condição sexual.

Sendo o *homo economicus* um adulto autónomo, as questões atinentes à reprodução e resultantes da total dependência das crianças nas primeiras fases da vida são omitidas pela economia ortodoxa. Ignora-se assim, por exemplo, como dife-

rentes políticas de família (licenças de maternidade e paternidade, disponibilidade e qualidade de equipamentos sociais dirigidos ao cuidado e educação das crianças, etc.) interagem com práticas e normas vigentes nos postos de trabalho, combinando-se de forma a limitar o sucesso profissional relativo das mulheres face aos homens. Mesmo nas sociedades onde se verifica crescente participação das mães no trabalho remunerado, mantém-se evidente um *trade-off* entre o trabalho remunerado e o trabalho de cuidado às crianças ou, dito de outro modo, entre os investimentos nas crianças e os investimentos na produtividade do trabalho. Isto significa que a persistência de estruturas de uma sociedade caracterizada pela dominação masculina continua a influenciar as escolhas que homens e mulheres fazem em relação ao trabalho e à vida familiar. Daí que, na sequência da maternidade, continue a ser a mãe e não o pai que altera o seu empenhamento no mercado de trabalho, seja ela que assuma total ou quase totalmente a licença de maternidade e, quando volta ao trabalho, o faça geralmente em regime de tempo parcial. O estudo da vida familiar requer, pois, que se tenham em conta as relações de poder quer de natureza económica – relacionadas com o acesso diferenciado a opções alternativas – quer normativa – resultantes de valores, como os relativos ao entendimento da maternidade e da paternidade.

O viés androcêntrico da economia ortodoxa é também claramente evidente no modo como é definido e medido o bem-estar das pessoas (veja-se, a propósito, *Feminist Economics*, 1999, p. 2). Desde logo por que as medidas de bem-estar habitualmente usadas se baseiam

na produção/rendimento monetariamente expresso, desprezando as actividades que, embora não sendo valoradas pelo mercado, contribuem tanto ou mais do que aquelas para a satisfação de necessidades humanas (cuidado a crianças, idosos e outros dependentes no seio da família, satisfação de necessidades emocionais, cozinhar, recolocção de matérias combustíveis ou água potável, coordenação da satisfação de necessidades da família, etc.). Por outro lado, o bem-estar individual depende também dos modos de ocupação do tempo das pessoas, sendo que a dupla jornada de trabalho a que muitas mulheres estão sujeitas (ao acrescentarem tempos de trabalho não-remunerado aos tempos próprios a um emprego remunerado) limita as suas possibilidades de usufruto de lazer, de tarefas de cuidado a si próprias ou de participação cidadã, muito mais do que acontece à generalidade dos homens. Finalmente, porque a teoria económica tradicional pressupõe uma perfeita comunhão de rendimentos pelos diferentes membros da família que não corresponde à evidência empírica comprovada.

3. O discurso económico feminista tem vindo também a mostrar que a não consideração de realidades económicas e contributos de autores não ocidentais conduziu à elaboração de teorias que se arrogam uma falsa universalidade. Agarwal (1994) mostra como a compreensão do bem-estar na Ásia do Sul (e, em particular, da desigualdade económica entre os homens e as mulheres) depende mais dos direitos de propriedade e uso da terra do que do rendimento monetário. Ao ignorar esta dimensão da análise, a teoria

económica dominante e os programas de desenvolvimento que ela inspira enfermam de graves enviesamentos e diminuição de eficácia em detrimento das mulheres e das crianças.

As autoras feministas defendem que “o poder é tão crucial em economia como em todas as outras formas de relação social” (JARL, 2003, p. 35). “O poder é uma questão-chave em qualquer análise feminista. (...) A insuficiência de recursos das mulheres pobres também significa falta de poder. Aqueles que têm poder sobre outros reconhecem-se facilmente pelo facto de controlarem e terem acesso a recursos. E os recursos dão poder para controlar, recompensar e punir outros” (JARL, 2003, p. 48). A importância do poder, determinado pelo controle individual sobre os recursos económicos e determinante do mesmo, questiona claramente a capacidade da economia tradicional para a compreensão da realidade humana, uma vez que implica a consideração de variáveis consideradas não económicas (exógenas), como os valores, as normas, ou as determinantes da formação das preferências individuais. Daí que as(os) autoras(es) feministas considerem que a metodologia da análise económica (em particular o “espartilho” dos modelos formalizados) deva ser revista no sentido de transformar a Economia numa ciência dedicada ao estudo mais realista da existência humana e à melhoria das condições de vida em geral.

A economia feminista é um domínio da análise económica com reconhecimento recente, cujo corolário mais evidente foi a criação da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE), em 1992, e a publicação da sua revista, *Feminist*

*Economics*, a partir de 1995. As múltiplas facetas do pensamento e ação acumulados convergem para um ponto: contribuir para o empoderamento e o bem-estar das mulheres e de todos ou outros grupos de seres humanos que pela sua raça, nação, classe, idade, orientação sexual ou outros factores geradores de discriminação continuam sub-representados na partilha dos recursos e do poder, e limitados nas suas oportunidades de vida. A economia feminista não pretende portanto constituir-se como um corpo teórico alternativo, metodologicamente homogéneo e com cabal capacidade explicativa dos fenómenos económicos. Embora os caminhos a percorrer estejam a fazer-se e não possamos adivinhar o futuro da disciplina, a melhor medida do seu sucesso é o contributo para a transformação emancipatória da realidade económica.

#### BIBLIOGRAFIA

- AGARWAL, B. (1994), *A field of one's own: gender and land rights in South Asia*, Cambridge: Cambridge University Press.
- APPS, P. (2004), Gender, time use and models of the household, *Policy Research Working Paper Series 3233*, The World Bank.
- BECKER, Gary S. (1965), A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, t. LXXV, v. 299, p. 493-517.
- BLAU, F. D.; FERBER, M.A.; WINKLER, A. E. (2006), *The economics of women, men, and work*, 4<sup>th</sup> edition, Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall.
- FEMINIST ECONOMICS (1996; 1999), Revista da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE).
- FERBER, M. (2003), A feminist critique of the neoclassical theory of the family. In: MOE, K. S. (Ed.), *Women, Family and Work*. Writings on the economics of gender, Oxford: Blackwell Publishing.
- FOLBRE, N. (1994), *Who pays for the kids: gender and the structure of constraint*, New York: Routledge.

- GUSTAFSSON, S. S. (1991), Half the power, half the income and half the glory. The use of microeconomic theory in women's emancipation research. *The Economist*, v. 139, n. 4, p. 515-529.
- JACOBSEN, J. P. (2007), *The economics of gender*, 3<sup>rd</sup> edition, Malden: Blackwell Publishers.
- JARL, A.-C. (2003), *In justice*. Women and global economics, Minneapolis: Augsburg Fortress.
- KATZ, E. (1997), The intra-household economics of voice and exit. *Feminist Economics*, vol. 3, n. 3, Fall, p. 25-46.
- NELSON, J. A. (1993), The study of choice or the study of provisioning? Gender and the definition of economics. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.), *Beyond Economic Man*. Feminist theory and economics, Chicago: University of Chicago Press.
- SEN, A. K. (1987), *On ethics and economics*, Oxford: Basil Blackwell.
- SEN, A. K. (1990), Gender and cooperative conflicts. In: TINKER, I. (Ed.), *Persistent inequalities: women and world development*, Oxford: Oxford University Press, p. 123-149.
- STROBER, M. H. (1994), Rethinking economics through a Feminist Lens. *The American Economic Review*, v. 84, n. 2, p. 143-147.